

CONTRADIÇÃO E CRISE

Dayani Cris de Aquino¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os diversos sentidos do conceito de contradição de modo a identificar aquele mais adequado para servir como fundamento metodológico do estudo das crises econômicas do capitalismo. Partindo-se da constatação de que não há consenso acerca do significado do termo contradição na tradição marxista, faz-se, primeiro, uma revisão da literatura que evidencia as discordâncias entre os teóricos quando se trata da discussão do método utilizado por Marx. Em seguida, analisa-se o tratamento dado pelo próprio Marx à questão. Nas considerações finais, apresenta-se uma indicação de como o conceito de contradição deve ser utilizado para explicar as crises econômicas, partindo das suas formas abstratas (contradições entre valor e valor de uso; mercadoria e dinheiro; compra e venda) em direção às formas mais concretas (contradições decorrentes dos efeitos da concorrência: entre valor e preço; entre a produção e a realização da mais-valia; contradições decorrentes do sistema de crédito: entre o capital produtivo e o monetário, entre outras).

ABSTRACT

This paper has as objective to analyze several senses of the contradiction concept in order to identify that most adequate to serve as methodological fundament of the study of the economic crises of the capitalism. The starting point is the perception that it does not have consensus concerning the meaning of the term contradiction in the marxist tradition. Thus, first it makes a revision of the literature that evidences the discords between the theoreticians when it is about the quarrel of the method used by Marx. After that, the treatment given for proper Marx to the question is analyzed. In the final consideration, an indication is presented of as the contradiction concept must be used to explain the economic crises, leaving of its abstract forms (contradictions between value and use value; commodity and money; purchase and sale) in direction to the most concrete forms (decurrent contradictions of effects of competition: between value and price; production and realization of surplus-value; decurrent contradictions of credit system: between productive capital and monetary capital, and so on).

Área 3: Economia Política, Capitalismo e Socialismo – Valor, Preço e Distribuição

INTRODUÇÃO

Explicar os mecanismos causais das crises econômicas é uma das tarefas mais difíceis e complexas de toda a Economia Política. Durante os momentos de crise as mais variadas correntes de pensamento econômico se voltam para tentar explicar este fenômeno; entretanto, nos períodos de prosperidade a maioria dos economistas parece esquecer dele. A dificuldade em explicar as crises

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail para contato: dayani@ufpr.br.

do capitalismo reside principalmente no fato de que para entendê-las é preciso compreender todo o processo de reprodução do capital, dentro do qual a crise desenvolve-se.

As teorias de crises marxistas, em geral, partem da análise deste processo de reprodução do capital, embora não apresentem consenso no que se refere aos mecanismos causais da crise.² Apesar das divergências, os teóricos marxistas mostram consenso, ainda que de forma implícita, em conceber as crises como soluções temporárias para as *contradições* do modo de produção capitalista, tal como Marx frequentemente as define nas *Teorias da Mais-Valia* e em *O Capital*.

Não obstante, é curioso verificar que os teóricos marxistas que se ocuparam, e que ainda se ocupam, com a investigação das crises econômicas – em geral, estudiosos pertencentes ao campo das Ciências Econômicas – nunca se preocuparam com a discussão do conceito de “contradição”. Esta falta de preocupação fica evidente em face da completa ausência de debate, neste campo do conhecimento, associando as noções de contradição à problemática das crises econômicas. Embora esses estudiosos refiram-se às crises como as “manifestações das contradições” do processo de reprodução do capital, não há reflexão sobre o quê é a contradição marxista, quais os elementos que a constituem, quais são as contradições envolvidas na determinação e manifestação das crises *etc.* Esta discussão esteve sempre restrita aos teóricos do campo da Filosofia, cujos objetos de pesquisa não são, em geral, as crises econômicas.

Em face disto, parece haver a necessidade de resgatar o conceito de contradição juntamente com a investigação dos mecanismos causais das crises tentando resolver esse descompasso metodológico. É com este objetivo que o presente capítulo pretende mostrar a importância de utilizar, dentre as inúmeras concepções existentes, o conceito de contradição mais adequado à investigação das crises. Assim, a seção 1 apresenta uma revisão da literatura que evidencia a falta de consenso no que se refere ao conceito de contradição dentro do marxismo. Em vista deste desacordo, a seção 2 procura resgatar o entendimento de contradição do próprio Marx, com base na análise de alguns textos principais. Por último são apresentadas as considerações finais com algumas reflexões sobre a relação entre a contradição e as formas abstratas e concretas da crise.

² O Estado da arte das teorias de crise já foi exaustivamente explorado na literatura marxista. Uma classificação possível destas teorias é apresentada por ITOH (1980) dividindo-as em dois grupos: (i) Teorias de excesso de mercadoria, que inclui as vertentes subconsumistas e da desproporção dos ramos industriais (autores frequentemente considerados subconsumistas são BARAN e SWEEZY (1964) e LUXEMBURG (1985), embora esta última não seja considerada por BLEANEY (1976) como subconsumista, pois, segundo o autor, ela não se ocupa especificamente da deficiência na demanda de bens de consumo; um autor considerado teórico da desproporção é HILFERDING (1985), embora ZONINSEIN (1985) destaque duas concepções contraditórias sobre a causa da crise na obra de Hilferding: as desproporções e uma outra baseada na lei da queda tendencial da taxa de lucro); e (ii) Teorias de excesso de capital, que inclui a hipótese de aumento da composição orgânica do capital e da escassez de força de trabalho (um autor que explica a crise por meio do aumento da composição orgânica do capital é SHAIKH (1979) e a explicação da crise por meio da escassez de força de trabalho é dada por ITOH (1980), entre outros).

1 O DEBATE MARXISTA SOBRE A CONTRADIÇÃO

A relação entre as contradições do processo de reprodução do capital e as crises é expressa por Marx em várias passagens como, por exemplo: “As crises são sempre apenas *soluções momentâneas* violentas das *contradições*, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado.” (MARX, 1986c, v. IV, p.188). Assim, se as crises estão relacionadas às contradições do capitalismo, então é preciso entender qual o significado da palavra *contradição* dentro do método de Marx para, em seguida, entender o que são as crises.

O problema é que Marx não escreveu um texto que explicasse seus conceitos metodológicos e a relação deles com o método dialético de Hegel. A falta deste texto dá margem a diversas interpretações sobre o método utilizado, dividindo a tradição marxista, conforme assinala SMITH (1993, p.16), em três posições a respeito dessa influência: (i) aqueles que radicalmente rejeitam o hegelianismo *in toto*, como é o caso de ALTHUSSER (1967), GODELIER (1982), COLLETTI (1975) *etc.*; (ii) aqueles que, como CARCHEDI (1993), admitem um legado hegeliano no marxismo, embora argumentem que ele envolve apenas questões superficiais relacionadas ao método de apresentação dos resultados; e (iii) aqueles que sustentam que o método hegeliano é crucial para o entendimento da teoria de Marx, como acreditam LÊNIN (1961 e 1972), MAO TSE-TUNG (1937), ARTHUR (1993), o próprio SMITH (1993), entre outros.

Como o tema Hegel-Marx já foi exaustivamente discutido na literatura marxista não se pretende voltar a analisá-lo em detalhes aqui, mas apenas resgatar o debate a respeito do conceito de contradição. Assim, esta seção divide-se em três partes. O item 1.1 apresenta o conceito de contradição sob o ponto de vista de autores que rejeitam a herança hegeliana na obra de Marx. O item 1.2 apresenta o conceito de contradição sob o ponto de vista de autores que reconhecem a importância da influência de Hegel sobre o método de Marx. E, finalmente, o item 1.3 apresenta uma concepção que não só rejeita a influência de Hegel sobre Marx, mas também repudia a própria contradição dialética como elemento importante da prática científica.

1.1 O ANTI-HEGELIANISMO E O CONCEITO DE CONTRADIÇÃO

Um dos maiores opositores à afirmação de que a dialética marxista possui heranças hegelianas é Louis Althusser. Em sua principal obra sobre o tema – *Contradição e Sobre-determinação* – o autor argumenta contra essa herança a partir de uma famosa citação de Marx do posfácio à segunda edição do livro I de *O Capital*:

Em seu princípio (*der Grundlage nach*), meu método dialético é não somente distinto do método hegeliano, como também é seu contrário direto. (...) O lado mistificador (*mystifizierende*) da dialética hegeliana, critiquei-o há trinta anos atrás, quando ela ainda estava na moda (...) A mistificação que a dialética sofre entre as mãos de Hegel não impede, de modo algum, que ele tenha sido o primeiro a expor-lhe (*darstellen*) com amplitude e consciência as formas gerais de movimento. Ela nele está de cabeça para baixo. É preciso invertê-la para descobrir na ganga mística (*mystische Hülle*) o nódulo (*kern*) racional. Na sua forma

mistificada, a dialética foi uma moda alemã, pois parecia transfigurar o dado (*das Bestehende*). Na sua figura (*Gestalt*) racional, ela é um escândalo e objeto de horror para os burgueses (...) (MARX, *apud* ALTHUSSER, 1967, p.76).

A tese de Althusser baseia-se principalmente na penúltima frase da citação acima: “Ela (a dialética) nele (em Hegel) está de cabeça para baixo. É preciso invertê-la para descobrir na ganga mística o nódulo racional.” Para argumentar contra a herança hegeliana sobre o método de Marx, o autor critica a metáfora da “inversão” afirmando que ela trouxe tantos problemas quanto resolveu. Primeiro, argumenta o autor, se a “ganga mística” fosse a filosofia especulativa de Hegel e o “nódulo racional” a dialética, como se poderia pensar à primeira vista, então não se trataria de uma “inversão”, mas sim de uma “extração”. Isto é, extrair da filosofia especulativa a dialética hegeliana para transformá-la em dialética marxista.

Segundo, indo mais além, o autor questiona o que deveria ser “invertido” nesta “extração” para transformar a dialética hegeliana na dialética marxista. Se essa inversão significar aplicar ao “mundo real” a mesma dialética que antes era aplicada ao “mundo sublimado”, ou “aplicá-la à vida ao invés de aplicá-la à Idéia”, então se trata apenas de uma inversão de sentido da dialética mantendo-a intacta em sua essência. E sendo “inconcebível que a ideologia hegeliana não tenha contaminado a essência da dialética no próprio Hegel” então não é possível que “a dialética hegeliana possa deixar de ser hegeliana e tornar-se marxista pelo simples milagre de uma extração” (ALTHUSSER, 1967, p.77).

Todavia, Althusser não crê que a “ganga mística” a qual Marx se referiu fosse a filosofia especulativa de Hegel, mas sim a própria dialética hegeliana. A base para tal conclusão o autor retira da mesma citação, na qual Marx se refere ao “lado mistificador da dialética hegeliana”, à “mistificação que a dialética sofre entre as mãos de Hegel” e que na sua “forma mistificada, a dialética foi uma moda alemã”. (MARX, *apud* ALTHUSSER, 1967, p.76). Assim, Althusser conclui a discussão sobre a influência de Hegel em Marx argumentando “que se a dialética marxista é ‘em seu próprio princípio’ o oposto da dialética hegeliana, se ela é racional e não mística-mistificada-mistificadora, essa diferença radical deve manifestar-se na sua essência, isto é, nas suas determinações e nas suas próprias estruturas.” Por isso, “as estruturas fundamentais da dialética hegeliana, tais como a negação, a negação da negação, a identidade dos contrários, a ‘superação’, a transformação da qualidade em quantidade, a contradição etc. ..., possuem em Marx (na mediada em que as retoma: o que não é sempre o caso!) uma estrutura diferente da que possuem em Hegel.” (ALTHUSSER, 1967, p.79-80).

É a partir disso que Althusser – guiado pelo objetivo de demonstrar as diferenças na estrutura de Marx *versus* na de Hegel – aborda o conceito de contradição. O autor parte da análise de um fato histórico, a Revolução Russa de 1917, para demonstrar a natureza “sobredeterminada” da contradição marxista em face da natureza “simples” da contradição hegeliana. Para explicar

aquela revolução Althusser relembra Lênin quando argumenta que a revolução só ocorreu na Rússia por ser ela o “elo mais débil da cadeia dos Estados imperialistas: visto que *acumulava a maior soma de contradições* históricas então possível.” (ALTHUSSER, 19767, p.83). É nesse sentido de “acumulação de contradições” que o autor define a natureza “sobredeterminada” da contradição marxista em contraposição à “essência interior”, “em si” da contradição hegeliana.

No entanto, Althusser não define o que é a contradição marxista (mas apenas como ela é, ou seja, sobredeterminada), não define os termos ou os elementos que a compõem. Talvez ele tenha tomado de empréstimo e como subentendido os conceitos apresentados por Mao Tse-Tung³, embora este se situe no campo de aceitação da influência hegeliana sobre Marx. Mesmo assim, sua noção de sobredeterminação deve ser considerada no caso da investigação sobre as crises econômicas já que, em face da complexidade do fenômeno crise, sua causa não deixa de ser “sobredeterminada”, combinando neste sentido com a definição utilizada pelo próprio Marx de que a crise é a “convergência real e o ajuste à força de *todas* as contradições da economia burguesa” (MARX, 1980a, p.945).

Outro autor que também rejeita a influência hegeliana sobre Marx é Maurice Godelier. Em seu artigo *Estrutura e Contradição no Capital* o autor desenvolve uma análise estruturalista do conceito de contradição. Para ele, a gênese de um sistema (o capitalista, por exemplo) deve ser descrita simultaneamente à dissolução de outro sistema (o feudal), sendo que estes dois acontecimentos dependem de um mesmo processo: “o desenvolvimento das *contradições* internas dentro do velho sistema” (GODELIER, 1982, p.317).

Entretanto, ao analisar o método de Marx nesta perspectiva Godelier se depara com a seguinte questão: “como é possível reconciliar a hipótese do aparecimento das contradições internas dentro de um sistema com a tese de que o funcionamento do sistema *reproduz* necessariamente suas condições de funcionamento?” (GODELIER, 1982, p.317). Ou seja, Godelier está preocupado em explicar a coexistência de contradições que nascem desde o início do sistema e que permitem a sua reprodução com contradições que nascem a partir de certo estágio de evolução do sistema e que exigem sua transformação, mais especificamente sua substituição. Para resolver este problema Godelier subordina o conceito de contradição a um limite estrutural (entre e dentro das estruturas) e, portanto, “torna a contradição dialética dispensável ao processo discursivo”, conforme bem observa GORENDER (1986, p.xxvi).

Para entender melhor essa subordinação do conceito de contradição a um limite estrutural

³ Em nota de rodapé ALTHUSSER (1967, p. 80) refere-se à análise de Mao Tse-Tung sobre a contradição como contendo “conceitos novos e fecundos” apesar de ainda “descritivos” e “abstratos”. Esta apreciação é curiosa, já que a obra de Mao é baseada quase que inteiramente nas contribuições filosóficas de Lênin e, portanto, indiretamente em Hegel. A análise do texto de Mao é feita no item seguinte.

pode-se analisar as duas noções de contradição que Godelier identifica em *O Capital*. A primeira é a contradição entre capital e trabalho e a segunda é a contradição entre o desenvolvimento e a socialização das forças produtivas e a propriedade dos meios de produção.

A primeira contradição – entre capital e trabalho – é aquela existente entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. “Uma possui o capital, a outra é excluída da posse dele. O lucro de um é o trabalho não pago do outro.” (GODELIER, 1982, p. 321). Dois elementos essenciais caracterizam esta contradição: (i) ela localiza-se dentro de uma estrutura, isto é, dentro da estrutura “relações de produção”; (ii) ela existe desde o início do sistema capitalista, isto significa que o funcionamento do sistema reproduz esta contradição e, portanto, ela só pode ser superada com a superação do sistema.

A segunda contradição analisada por Godelier é aquela entre o desenvolvimento e a socialização das forças produtivas, de um lado, e a propriedade privada dos meios de produção, de outro. Aqui, três características podem ser ressaltadas: (i) esta contradição não existe *dentro* de uma estrutura, mas, ao contrário, existe *entre* as estruturas “forças produtivas” e “relações de produção”; (ii) esta é, segundo o autor, a contradição fundamental do modo de produção capitalista, pois “explica a evolução do capitalismo e seu inevitável desaparecimento”; (iii) esta contradição “não é original” no sentido de que não existe desde o início do sistema capitalista, mas “aparece em um ‘certo estágio’ da evolução, em um ‘certo estágio de maturidade’ do sistema” (GODELIER, 1982, p.322).

Então, o aparecimento da contradição fundamental “em certo estágio de maturidade do sistema” é explicado por meio do conceito de “limite à compatibilidade funcional das diferentes estruturas”. Ou seja, a segunda contradição, diferente da primeira que existe desde o início do sistema, “origina-se nos limites objetivos das relações de produção que se mantêm constantes, enquanto que as forças produtivas variam em certas proporções.” (GODELIER, 1982, p.326). Assim, em última análise, a contradição se reduz a uma “incompatibilidade estrutural” que no decorrer do desenvolvimento do sistema seria responsável pelas transformações do capitalismo.

Esta interpretação de Godelier a respeito das duas contradições existentes em *O Capital* pode parecer adequada quando não se define exatamente o que é a contradição marxista. Analisando-se com mais rigor a argumentação do autor, vários problemas surgem sem que as respostas possam ser encontradas no restante do texto. Por exemplo, Godelier argumenta que esta segunda contradição é visível utilizando uma citação do próprio Marx: “Esta colisão aparece em parte nas crises periódicas” (MARX, *apud* GODELIER, 1982, p.322). Uma pergunta que surge é: como é possível que uma contradição, (que supostamente explica a evolução e o desaparecimento do sistema capitalista), possa se manifestar nas crises cíclicas, na medida em que estas não eliminam o capitalismo, mas ao contrário, restabelecem sempre novas condições para um nível

maior de acumulação?

Além disso, a falta de uma conceituação explícita do que é contradição faz o autor ignorar a existência de outras contradições importantes como aquela entre a mercadoria e o dinheiro, fundamental para explicar a possibilidade das crises, ou seja, para explicar as formas mais abstratas das crises periódicas. O esclarecimento destas questões só pode ser obtido com a adequada conceituação do que é ou do que são as contradições citadas nas obras de Marx. E, ainda, é preciso esclarecer como (ou se) algumas contradições podem existir desde o início e outras aparecerem no meio do processo. Portanto, assim como Althusser, Godelier não define explicitamente o que é a contradição de Marx, limitando-se apenas a diferenciá-la da contradição de Hegel.

Para Godelier “a dialética de Marx nada tem a ver com a de Hegel, porque não dependem da mesma noção de contradição”, sobretudo, e neste ponto o autor parece estar correto, por não compartilharem do princípio da “identidade dos opostos” (GODELIER, 1982, p.308). Para Godelier, a diferença fundamental da natureza da contradição marxista e da hegeliana manifesta-se na solução dada por cada autor para a sua superação. Em Marx, segundo Godelier, a solução da contradição fundamental está *fora* da própria contradição e não pode ser reduzida ao seu conteúdo. A solução da contradição fundamental “é uma mudança na estrutura das relações de produção para fazer com que *correspondam* às estruturas das forças produtivas.” Esta mudança implica na exclusão da propriedade privada dos meios de produção e, portanto, implica em modificações ao nível das superestruturas políticas e culturais.

Por isso, Godelier afirma ser impossível que Marx tenha utilizado a teoria da “identidade dos opostos”, já que esta hipótese foi “inventada por Hegel para mostrar que há uma solução *interna* para as contradições *internas* de uma estrutura” (GODELIER, 1982, p.327). Entretanto, o fato de Marx não ter usado o princípio da “identidade dos opostos” não exclui a possibilidade de que a solução da contradição seja interna. No caso das crises, parece que elas podem ser concebidas como exemplos de soluções internas para as contradições do processo de reprodução do capital, ainda que sejam temporárias ou momentâneas. Podem ser entendidas como soluções internas no sentido de que surgem do próprio processo de reprodução do capital como forma de “destruição de capital” (seja pela sua manutenção ociosa, seja pela depreciação de valores) e resolução do problema da “superacumulação de capital” restabelecendo as condições para uma nova acumulação (MARX, 1986c, p.931-932).

Contudo, embora Godelier afirme a independência entre o método de Marx e o de Hegel, ao mesmo tempo, reconhece as “ilhas positivas no mar especulativo do discurso” de Hegel “uma vez que o princípio da identidade dos opostos, *a fortiori* estabelece o princípio da sua unidade.” Assim, segundo Godelier, a metáfora colocada por Marx de “núcleo” e “inversão” pode ser entendida como uma forma de quitar sua dívida teórica com Hegel pela absorção do conceito de

“unidade dos opostos” e o grupo de propriedades a ele ligadas”⁴ (GODELIER, 1982, p. 329).

Mesmo Godelier não tendo definido o que é a contradição marxista, a questão levantada por ele de como entender o surgimento de novas contradições dentro do sistema capitalista também é um ponto importante para o estudo das crises, na medida em que traz à tona outra questão: poderiam surgir novas contradições em diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo dando novas formas de manifestação à crise? Ou, invertendo a questão: será que as diversas formas de manifestação da crise podem ser atribuídas a diferentes contradições que surgem no decorrer dos estágios de desenvolvimento do sistema capitalista? Ou, na verdade, o capitalismo contém certas contradições estruturais que vêm, desde o seu início, manifestando-se nos diversos tipos de crises já conhecidos?

1.2 O CONCEITO DE CONTRADIÇÃO E A INFLUÊNCIA HEGELIANA

Diferentemente dos autores discutidos no item anterior, LÊNIN (1961 e 1972) e MAO TSE-TUNG (1937), entre outros, consideram significativa a influência de Hegel sobre Marx e, por isso desenvolvem o conceito de contradição de forma diversa. Lênin ao estudar a *Ciência da Lógica* de Hegel afirmou ser impossível entender *O Capital*, especialmente seu primeiro capítulo, sem antes estudar e entender a Lógica hegeliana. Esse estudo de Lênin resultou em anotações postumamente publicadas como *Conspectus of Hegel's the Science of Logic* e *On the Question of Dialectics*, escritas entre 1914 e 1916. Estas anotações parecem ter sido elaboradas não com a intenção de publicação, mas apenas com o objetivo de aprender com Hegel sobre a dialética e sobre as raízes filosóficas de Marx. Por isso, essas anotações, além de terem um aspecto inacabado, situam-se no campo dos conceitos filosóficos puros sem contrapartida desses conceitos com os objetos de interesse da Política, como fez Mao, ou mesmo da Economia Política, sobretudo as crises, como interessa ao presente trabalho.

Por essa razão, o mais importante a ser tirado dessas duas obras é o entendimento de Lênin acerca das duas visões de mundo sobre o Conhecimento e sobre a própria dialética. Para Lênin, assim como para Mao que apenas o retoma, existem duas visões básicas de desenvolvimento do Universo: (i) o desenvolvimento como acréscimo e decréscimo quantitativo, como simples repetição; (ii) e o desenvolvimento como unidade dos opostos (LÊNIN, 1972, p.360).

Segundo o autor, a primeira visão equivale à concepção metafísica e a segunda à concepção dialética do desenvolvimento das coisas existentes no mundo. A concepção metafísica

⁴ É interessante notar que para Godelier Marx “amputou” o princípio da identidade dos opostos do “núcleo” da dialética hegeliana absorvendo apenas alguns fragmentos deste núcleo como a unidade dos opostos. Todavia, Godelier não crê que apenas a substituição do princípio da identidade pelo da unidade dos opostos torne o método dialético científico. É com essa preocupação que o autor desenvolve o conceito de “limite estrutural”.

percebe as coisas isoladas, de forma estática e parcial, atribuindo a causa das mudanças na quantidade a elementos externos e não internos às coisas. Contrária a essa visão está a concepção dialética na qual a causa do desenvolvimento encontra-se na contradição interna à coisa, enquanto a interação com outros fenômenos deve ser considerada como causa secundária do desenvolvimento. Isto não significa que, para Lênin e Mao, o materialismo dialético exclua as causas externas. Estas são, segundo Mao, as *condições* de mudança e as causas internas são as *bases* para a mudança. Mao exemplifica esta relação da seguinte forma: “Numa temperatura adequada um ovo se transforma num pintainho, mas nenhuma temperatura pode transformar uma pedra num pintainho, pois esta tem uma base diferente.” (TSE-TUNG, 1937, p.314).

A partir desta segunda visão de mundo, Lênin define a essência da dialética como sendo o conhecimento ou o estudo das partes contraditórias que formam o todo. A dialética entendida neste sentido, ou seja, entendida como uma totalidade composta por elementos contraditórios é, para Lênin, uma “lei do conhecimento”, uma “lei do mundo objetivo” e, por isso, pode ser aplicada a todos os campos do conhecimento científico. Portanto, fica claro da leitura dos textos filosóficos de Lênin, e também de Mao, que a “lei da contradição” pode ser definida como a “lei da unidade dos opostos” e coincide com o materialismo dialético: “a Dialética, em seu sentido próprio, é o estudo da contradição na essência das coisas” (LÊNIN, *apud* TSÉ-TUNG, 1937, p. 311).

Entretanto, este não é um ponto de consenso na literatura marxista. GODELIER (1982, p.328), por exemplo, se contrapõe dizendo que “quando Lênin afirma que a dialética é ‘a teoria da identidade dos opostos’, ou ‘o estudo da contradição na própria essência das coisas’, sugiro que está propondo uma falsa equivalência entre estas duas definições.” Neste caso, a objeção de Godelier parece estar na utilização do termo “identidade dos opostos”, já que para ele Marx amputou este princípio de sua dialética substituindo-o pela “unidade dos opostos”. Mas, além desta objeção, pode-se colocar outra: será que o estudo da dialética coincide com o estudo da contradição (unidade dos opostos) ou esta última é apenas um aspecto do chamado método dialético?

Além de Lênin propor a coincidência entre a dialética e a contradição, ele retoma integralmente os conceitos hegelianos atribuindo-os a Marx sem levar em conta as transformações que estes conceitos sofreram nas mãos do próprio Marx. Estas transformações podem ser entendidas por meio da investigação e esclarecimento de dois pontos: (i) a confusão entre as noções de identidade e unidade dos opostos; (ii) a afirmação incorreta de que os termos da contradição marxista são “mutuamente exclusivos”. Estes dois pontos podem ser apreciados em Lênin na seguinte passagem:

A identidade dos opostos (talvez fosse mais correto dizer sua ‘unidade’, – embora **a diferença entre os termos identidade e unidade não seja aqui particularmente importante**. Em certo sentido ambos são corretos) é o reconhecimento (descobrimento) das tendências opostas, **mutuamente exclusivas**, contraditórias em todos os fenômenos e processos da natureza (incluindo espírito e sociedade). [grifo meu] (LÊNIN, 1972, p.359-60).

Marx demonstrou, já em 1859, sua rejeição à noção de “identidade” e sua substituição pela idéia de “unidade”. Isto pode ser confirmado pela seguinte passagem encontrada na *Contribuição à crítica da Economia Política*: “Nada mais simples nesse caso, para um hegeliano, que admitir a *identidade* da produção e do consumo (...) Não chegamos à conclusão de que a produção, a distribuição, a troca e o consumo são *idênticos*, mas que são antes *elementos de uma totalidade*, diferenciações no interior de uma *unidade*.” (MARX, 1983, p.211 e 217).

Assim, distinguir o que é uma “identidade” do que é uma “unidade” é importante na medida em que esta diferenciação evita a armadilha, na qual caíram Mill e Say, de supor que “a oferta cria sua própria procura”. Esta correspondência imediata entre oferta e demanda não existe justamente pelo fato de que estes elementos não formam uma identidade – no sentido de que um implique seguramente o outro –, mas, ao contrário, formam uma unidade essencial que pode ser rompida a qualquer momento.

O segundo ponto, a afirmação de que os termos da contradição marxista são “mutuamente exclusivos” não é correta, pois “seus termos ou pólos pressupõem-se mutuamente, de modo a constituir uma oposição inclusiva” e não exclusiva (BHASKAR, 1988, p.80). Por exemplo, a contradição existente entre a compra e a venda: a compra pressupõe e não exclui a venda, embora esse dois elementos formem uma unidade essencial que se manifesta na metamorfose da mercadoria, tal unidade pode ser, e frequentemente é, rompida, como será visto adiante, pela atuação do dinheiro como meio circulante e meio de pagamento.

Ainda dentro da tradição hegeliana, o segundo autor importante a ser discutido é Mao Tsé-Tung com a obra *On Contradiction*. Embora, por um lado, ele absorva integralmente as contribuições de Lênin no campo filosófico, e por isso se faz necessário uma análise crítica de sua obra, por outro, avança significativamente na definição e caracterização do conceito de contradição. Um dos avanços de MAO TSE-TUNG (1937) frente a Lênin é, além da análise profunda do conceito, a tentativa de aplicá-lo às questões da prática política, principalmente como crítica às dissonâncias dentro do Partido Comunista Chinês. O autor explora o conceito considerando cinco características principais: (i) a universalidade da contradição; (ii) a particularidade da contradição; (iii) a contradição principal e o aspecto principal de uma contradição; (iv) a identidade e a luta dos aspectos de uma contradição; (v) o lugar do antagonismo numa contradição⁵.

⁵ Alguns autores como DOOLIN e GOLAS (1964), entre outros, tentaram demonstrar a tese de que a obra *On Contradiction* de Mao Tsé-tung não é original e não passa da cópia das teses de Stalin e Zhdanov. Os autores baseiam-se no argumento de que a obra não pode ter sido escrita em 1937, mas deve ter sido redigida muito mais tarde, pois: (i) não há referências desta obra na edição de 1945 do *Selected Work* de Mao, sendo a primeira referência encontrada apenas na edição de 1952; (ii) a obra de Mao “*Dialectical Materialism*”, escrita em 1940, apresenta, segundo os autores, uma tentativa de discurso filosófico “vago” e “errado” o que não deveria ocorrer se, de fato, *On Contradiction* tivesse sido escrito em 1937, já que esta obra contém desenvolvimentos filosóficos bastante ricos. Todavia, esses argumentos

A primeira característica destacada por Mao, a universalidade da contradição, deve ser entendida no seu duplo sentido. Por um lado, a contradição existe no processo de desenvolvimento de todas as coisas, por isso atribuir-lhe o adjetivo de universal, absoluta. Por outro lado, a contradição, para Mao, existe do início ao fim de cada processo. Por isso, nesse sentido também é universal, pois a relação entre os elementos opostos só acaba quando esta contradição é superada, isto é, resolvida. Aqui a abordagem de Godelier pode ser contraposta à de Mao. Para GODELIER (1982) existem contradições que nascem desde o início do sistema (ou do processo nos termos de Mao) e outras que se desenvolvem a partir de “certo momento”, graças à “incompatibilidade estrutural” ou ao “limite à compatibilidade funcional das estruturas”.

Já para Mao a contradição existe do início ao fim de um processo. Para Mao, “a questão é a existência de diferentes tipos de contradição e não uma questão de presença ou ausência de contradição. A contradição é universal e absoluta, está presente no processo de desenvolvimento de todas as coisas e permeia todos os processos do início ao fim.” (TSÉ-TUNG, 1937, p. 318). Embora Mao seja enfático quanto à existência da contradição do início ao fim do processo, isto parece valer apenas para a contradição que ele chama de fundamental:

A contradição fundamental do processo de desenvolvimento de uma coisa e a essência do processo determinada por essa contradição fundamental **não desaparecerão até que o processo esteja completo**; mas num processo prolongado as condições geralmente diferem em cada estágio. (...) Além disso, entre numerosas contradições maiores e menores, as quais são determinadas ou influenciadas pela contradição fundamental, **algumas se intensificam, algumas são temporariamente ou parcialmente resolvidas ou mitigadas, e outras novas emergem**; portanto, o processo é marcado por estágios. [grifo meu] (TSÉ-TUNG, 1937, p. 325)

Por um lado, é interessante lembrar que para Godelier a contradição fundamental é que surge em determinado estágio do processo, enquanto que para Mao a contradição fundamental deve existir do início ao fim do processo, podendo surgir outras contradições secundárias quando o processo se torna muito prolongado. Por outro lado, é importante ressaltar que Mao não explica como surgem novas contradições, ao passo que Godelier dá uma explicação para isso por meio da tese da “incompatibilidade funcional das estruturas”.

A segunda característica da contradição apontada por Mao é a sua particularidade. Embora a contradição seja universal, nos dois sentidos discutidos acima, cada processo de desenvolvimento (ou forma de movimento) contém sua contradição particular. Isto significa dizer que os processos de desenvolvimento ou de movimento das coisas diferem entre si por que cada um possui uma contradição particular que constitui sua essência particular. Assim, a diferença existente entre as diversas Ciências reside na base da contradição particular inerente aos seus respectivos objetos de

não parecem suficientes para sustentar a tese de que a obra de Mao não seja original, mesmo se ela não tivesse sido escrita em 1937. O fato é que não se encontram, pelo menos na obra de STALIN (1938), desenvolvimentos teóricos sobre o conceito de contradição, semelhantes aos apresentados por Mao em *On Contradiction*.

estudo.

A terceira característica da contradição, segundo Mao, é a existência de uma contradição principal e a existência de um aspecto principal dentro de cada contradição. Para Mao, o processo de desenvolvimento de uma coisa complexa envolve muitas contradições e uma delas deve ser a contradição principal (ou fundamental) cuja existência e desenvolvimento determinam ou influenciam a existência e o desenvolvimento das demais contradições. Mas, dependendo das circunstâncias, a contradição principal pode tornar-se secundária e outra contradição emergir como principal. Mao ilustra esta situação com o caso chinês. Na China “semi-colonial” a contradição entre o sistema feudal e a grande massa da população deixa de ser principal e torna-se secundária para dar lugar à contradição entre este país (com a união temporária entre as diversas classes, exceto “os traidores”) e a força imperialista externa. O ponto importante é que em qualquer processo há sempre uma contradição principal que influencia, determina ou lidera as demais e, segundo Mao, a identificação e compreensão desta contradição principal estabelecem as condições para sua superação.

Da mesma forma que entre várias contradições uma ocupa o papel principal e as demais são secundárias, podendo ocorrer mudanças nestas posições, os dois aspectos de uma contradição (seja ela principal ou secundária) também são desiguais e, portanto, um deles assume o papel principal e o outro o secundário. O aspecto principal de uma contradição lidera a contradição determinando sua natureza. Entretanto, isso se dá de forma dinâmica, ou seja, aquele que era principal pode tornar-se secundário e vice-versa.

A quarta característica da contradição e, talvez, a mais problemática é a identidade e a luta dos aspectos de uma contradição. Para Mao os aspectos opostos de uma contradição mantêm uma identidade. O problema reside justamente na definição do que é esta identidade:

Identidade, unidade, coincidência, interpenetração, interpermeação, interdependência (ou dependência mútua para existência), interconexão ou cooperação mútua – **todos esses termos diferentes significam a mesma coisa** e referem-se aos dois pontos seguintes: primeiro, a existência de um aspecto de uma contradição no processo de desenvolvimento de uma coisa pressupõe a existência do outro aspecto e os dois coexistem em uma entidade única; segundo, em dadas condições, cada aspecto contraditório se transforma em seu oposto. **Isso é o significado da identidade.** [grifo meu] (TSÉ-TUNG, 1937, p.337).

Ou seja, a identidade possui um duplo significado. Primeiro, a dependência mútua dos aspectos de uma contradição, ou seja, um não pode existir sem o outro. Por exemplo, a oferta não pode existir sem a demanda, sem que isto não traga conseqüências para o sistema. Isto não quer dizer que elas sejam idênticas, mas apenas que mantêm uma unidade essencial. Segundo, a transformação de um aspecto em seu oposto, ou seja, um dos elementos da oposição muda de lugar com o outro elemento. Por exemplo, por meio de uma revolução o proletariado, antes classe governada, mudaria de lugar com seu oposto, a burguesia, tornando-se a classe governante.

Entretanto o problema não está neste duplo significado, mas na confusão, herdada de

Lênin, entre os termos “identidade” e “unidade”. O argumento a respeito disso já foi exposto na análise da obra de Lênin e pode ser apenas lembrado pela observação de ZELENÝ (1974) de que Marx rejeitou a identidade hegeliana dos contrários distinguindo-a de sua concepção materialista de unidade dos contrários.⁶

Assim, tanto Lênin quanto Mao, não deram a devida importância à distinção entre o conceito marxista de “unidade dos opostos” e a noção hegeliana de “identidade dos opostos”. É curioso que ALTHUSSER (1967, p.80) considere a obra de Mao como “uma série de análises onde a concepção marxista de contradição *aparece sob uma luz estranha à perspectiva hegeliana*.” Por um lado, é verdade que “buscar-se-iam em vão, em Hegel, os conceitos essenciais deste texto: contradição principal e contradição secundária; aspecto principal e aspecto secundário da contradição; contradições antagônicas e não antagônicas; lei da desigualdade do desenvolvimento das contradições” (ALTHUSSER, 1967, p.80). Mas, por outro lado, é verdade também que a noção de “identidade dos opostos” só pode ser atribuída a Hegel e não a Marx.

Finalmente, a última característica da contradição descrita por Mao é o antagonismo. Este é uma manifestação particular, específica da luta entre os aspectos opostos de uma contradição. Isto significa dizer que em toda contradição existe a luta entre os elementos opostos, entretanto essa luta, em face de certas condições, intensifica-se e transforma-se num antagonismo aberto, cuja superação resolve a “antiga contradição” e produz novas situações.

Algumas contradições são caracteristicamente antagônicas, como é o caso da contradição entre a classe explorada e a classe exploradora, enquanto que em outras contradições coexiste apenas a luta entre os aspectos contraditórios, nunca se transformando numa contradição antagônica. Assim, “antagonismo e contradição não são a mesma coisa. No socialismo, a primeira desaparecerá e a segunda permanecerá.” (LÊNIN, *apud* TSÉ-TUNG, 1937, p.345).

A explanação feita sobre os desenvolvimentos teóricos de Mao no que concerne ao conceito de contradição confirma o avanço efetuado pelo autor neste campo do conhecimento, a despeito da confusão entre os termos identidade e unidade e a falta de clareza em algumas passagens. Apesar de tudo isso, há ainda um desafio: compreender como as contribuições de Mao podem ser úteis para o estudo das crises. Por enquanto, essa tarefa será postergada e passaremos a última controvérsia sobre a contradição na literatura marxista.

1.3 CONTRA HEGEL E CONTRA A CONTRADIÇÃO

⁶ “Contra la interpretación idealista de la unidad dialéctica de lo lógico e lo histórico sobre la base del principio de la identidad del pensamiento y el ser Marx pone la concepción materialista sobre la base del principio de la refiguración de la realidad por el pensamiento. Desde el punto de vista de la problemática de la filosofía del derecho Marx ilustra edl modo siguiente la doble ‘unidad de lo lógico y lo histórico’, p.e: ‘Hegel da a su lógica un cuerpo político; no da la lógica del cuerpo político’.” (ZELENÝ, 1973, p.103).

Foram discutidos nos dois itens precedentes autores que, embora não compartilhem da mesma opinião a respeito da influência de Hegel sobre Marx, ao menos reconhecem a Dialética, em sentido mais amplo, e a contradição especificamente, como elementos importantes não só da “Teoria do Conhecimento”, mas também da própria contribuição de Marx para análise dos fenômenos reais. Diferentemente desses autores, neste item será apresentado, para efeito de conhecimento, o ponto de vista de Lucio Colletti sobre a relação de Hegel e Marx e sua crítica à validade do conceito de contradição e, portanto, também da Dialética, para o materialismo e para o conhecimento científico.

Colletti nega a influência do método de Hegel sobre o de Marx afirmando que aquele método não tem conexão alguma com o conteúdo exposto em *O Capital*. Para o autor, o conflito apresentado por Marx entre o capital e o trabalho é simplesmente uma “oposição real” e não uma “oposição dialética”. Vê-se a partir daí, que a rejeição de Colletti com relação a Hegel gira em torno da negação da dialética como princípio explicativo. É extensa a lista de autores, marxistas e não-marxistas, que rejeitam a dialética como princípio científico. Entretanto, não se pretende fazer aqui uma revisão desta literatura, mas apenas focalizar os argumentos de Colletti contra a contradição dialética e avaliar sua legitimidade do ponto de vista do conteúdo da obra marxiana.

Colletti resume sua crítica num artigo intitulado *Marxism and the Dialectic*, cuja argumentação demonstra três principais objetivos: (i) mostrar a diferença entre os conceitos de “oposição real” (também conhecida na literatura especializada como *Realopposition* ou *Realrepugnantz* de Kant) e “contradição dialética”; (ii) argumentar que a contradição dialética exclui o materialismo e, portanto, impede o conhecimento científico; e, finalmente, (iii) mostrar que em Marx, desde o tempo da *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, não há “oposição dialética”, mas sim “oposição real”, demonstrando, ainda, como compatibilizar essa idéia com as passagens em *O Capital* e nas *Teorias da Mais-Valia* nas quais Marx apresenta a questão das crises de uma perspectiva claramente dialética. Será visto, então, cada objetivo separadamente, de modo que possam ser apontados os equívocos de Colletti e, conseqüentemente, conclusões opostas a do autor.

Quanto ao primeiro objetivo é possível resumir os argumentos de COLLETTI (1975) como segue. A “oposição real”, a “contrariedade” ou, ainda, a “inconsistência de opostos incompatíveis” é uma oposição que não contém contradição, isto é, ela não viola os princípios da identidade e da não-contradição, portanto, é compatível com os princípios da lógica formal. A fórmula que expressa a oposição real é “A e B”, ou seja, cada um dos opostos são reais e positivos e subsistem por si mesmos. Por isso, a existência de um não pressupõe a do outro, mas ao contrário a relação que se estabelece é de repulsão mútua. Portanto, trata-se de uma oposição exclusiva.

Já a “contradição dialética”, segundo o autor, é uma oposição contraditória que dá origem a “oposição dialética” e, portanto, torna-se incompatível com a lógica formal e, também, com o

conhecimento científico. A oposição dialética é geralmente expressa pela fórmula “ A e $\neg A$ ”, ou seja, significa que um oposto não existe sem o outro e vice-versa. Entretanto, conforme Colletti, “ $\neg A$ ” sendo a negação de A significa que ele não tem sentido próprio, por si mesmo, mas apenas relativamente a A . E, por outro lado, A podendo ser entendido como a negação de “ $\neg A$ ”, também não tem significação própria. Ou seja, para Colletti, nenhum dos pólos nesta oposição é algo por si mesmo, ambos são negativos. Então, para saber o que um extremo significa é preciso saber ao mesmo tempo o que o outro significa. Isto resulta na “unidade dos opostos” e, sendo assim, é apenas dentro da unidade que cada termo é a negação do outro, portanto, trata-se de uma oposição inclusiva.

Embora Colletti esteja correto em dizer que a “contradição dialética” é uma oposição inclusiva, é um equívoco dizer que na tradição marxista os elementos da oposição não possuem significação em si mesmos. Conforme já observou Bhaskar “as contradições dialéticas se têm caracterizado em contraste com (...) as oposições lógicas formais, pois as relações envolvidas são dependentes de significado (ou conteúdo), e não puramente formais, de modo que a negação de A não leve ao seu cancelamento abstrato, mas à criação de um conteúdo mais abrangente, novo e superior.” (BHASKAR, 1988, p.80). Este ponto é importante, pois, como será visto, toda a crítica de Colletti em relação à falta de cientificidade da Dialética baseia-se na afirmação de que a “oposição dialética” não possui significação própria.

Por outro lado, LEFEBVRE (1991), demonstrou que há sim compatibilidade entre a lógica formal e a lógica dialética. A esse respeito WILD (1991) argumenta que a contradição lógica e a contradição dialética são coisas distintas, sendo que a última não exclui a primeira, mas ao contrário, engloba-a. Por exemplo, numa demonstração matemática ou na dedução de um argumento a contradição torna tal argumento inválido. Neste sentido, a lógica formal é aceita entre os “dialéticos”. Mas, por outro lado, “a contradição no sentido da lógica formal fixa suas categorias temporariamente e isto se torna freqüentemente inadequado para apreender o mundo real, o mundo em constante movimento, o qual não pode e não deve ser reduzido a categorias congeladas no tempo.” (WILD, 1991, p.283).

Cumprido o objetivo de diferenciar a “oposição real” da “oposição dialética” Colletti passa à tarefa de demonstrar que a contradição dialética e, portanto também a Dialética em geral, é incompatível com o conhecimento científico. A conclusão do autor é que o princípio fundamental do materialismo e, portanto, da Ciência, é o princípio da não-contradição, pois a realidade não contém “contradições dialéticas”, mas sim “oposições reais”. Colletti só pode demonstrar isso pela argumentação de que na “contradição dialética” os elementos em oposição não possuem significação própria, ou seja, são negativos em si mesmos. Enquanto que no mundo real as coisas, os objetos, os fatos são todos positivos, isto é, possuem existência real. Entretanto, como já

discutido a “contradição dialética” em Marx não é abstrata, mas possui conteúdo próprio, os elementos em oposição possuem existência real, portanto, a crítica de Colletti perde todo o significado.

Finalmente, o último objetivo encontrado na obra de Colletti apresenta os argumentos a respeito da existência de “oposição real” em Marx e não “oposição dialética”. Na *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* Marx afirma: “Extremos reais não podem ser mediados um pelo outro, precisamente porque são extremos reais. Mas eles não precisam, também, de qualquer mediação, pois eles são seres opostos. Não têm nada em comum entre si, não demandam um ao outro, não se completam. Um não tem em seu seio a nostalgia, a necessidade, a antecipação do outro.” (MARX, 2005, p. 105). Com esta passagem Colletti pretende concluir que para Marx “extremos reais não mediam um ao outro” e, portanto, “é uma perda de tempo (...) falar de uma dialética das coisas.” (COLLETTI, 1975, p.06).

Todavia, conforme observa WILD (1991), naquela passagem Marx queria apontar o engano de Hegel em considerar todas as contradições existentes no mundo dos fenômenos como unidades na essência, isto é, na Idéia. Enquanto na verdade existe uma profunda realidade envolvida nestas contradições, ou seja, elas são contradições essenciais, cuja mediação, e superação, não podem ser facilmente empreendidas.

Entretanto, o engano de Hegel em não reconhecer a existência de contradições irreconciliáveis justifica a completa rejeição da Dialética, como pretende Colletti? Para Wild a resposta deve ser não, pois mesmo quando Marx, na *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, alega que o procedimento idealista hegeliano transforma as relações reais em conceitos fortemente abstratos conduzindo-os a uma unidade de opostos que não se adapta à realidade social, ele deixa, ao mesmo tempo, aberta a possibilidade de existência de uma Dialética cujos conceitos podem se adequar à realidade e é neste aspecto que a Dialética de Marx difere da de Hegel.

Ainda resta analisar qual é a saída encontrada por Colletti para justificar as passagens explícitas em *O Capital* e nas *Teorias da Mais-Valia*, que sugerem a existência de contradições dialéticas. Diante de exemplos como: o “(...) movimento da metamorfose da mercadoria – configura a unidade de dois processos, ou antes o decurso de um processo por meio de duas fases opostas, sendo na essência portanto a unidade de ambas as fases, esse movimento é também na essência a separação delas e a afirmação recíproca de independência” (MARX, 1980a, p. 936), Colletti reconhece que de fato Marx utiliza uma oposição do tipo dialética quando ele aborda a questão das crises do capitalismo.

Entretanto, segundo o autor, isso não justifica a reabilitação do *Diamat*⁷, pois para Marx “o capitalismo é contraditório não por que é uma realidade e toda realidade é contraditória, mas por que ele (o capitalismo) está de *cabeça-para-baixo*, é uma realidade invertida (alienação, fetichismo).” (COLLETTI, 1975, p.29). Ou seja, Colletti se agarra aos conceitos de alienação e fetichismo para sustentar sua tese de que não há oposição dialética ou contradição dialética em todas as coisas, mas só no capitalismo, pois ele é uma “realidade invertida”. Para WILD (1991), embora Colletti esteja correto em destacar a importância do tema “alienação” na obra de Marx, suas conclusões são incorretas, pois transformam o capitalismo da análise marxista num mundo irreal, enquanto que o próprio Marx sempre insistiu que o sistema alienado era real e, de modo algum, imaginário.

Com tudo isso, vê-se que tanto as críticas de Colletti que se referem a não cientificidade da Dialética quanto aquelas que se referem à contradição dialética, são incompatíveis com a visão do próprio Marx sobre a realidade capitalista.

2 CONTRADIÇÃO E CRISE NAS OBRAS DE MARX

Como visto na seção anterior, vários autores se ocuparam, de uma forma ou de outra, com a análise da contradição tentando, às vezes, uma definição do que seria a contradição marxista. Todavia, as divergências filosóficas não permitiram que esses esforços evoluíssem para um corpo teórico consensuado a respeito do termo. Esta falta de consenso impede a evolução teórica do marxismo no campo de investigação das crises, uma vez que estas devem ser concebidas como a manifestação das contradições do sistema capitalista. Assim, para circundar essas controvérsias buscando um entendimento claro e preciso do termo, um caminho possível é estudá-lo por meio das obras do próprio Marx. Esta estratégia traz, ao mesmo tempo, o entendimento do conceito e de sua relação com as crises econômicas.

Como bem observam ZELÉNÝ (1974) e BHASKAR (1988) a palavra contradição é utilizada por Marx, em suas principais obras, com significações diversas de acordo com os vários contextos possíveis. Assim, para contemplar esses inúmeros sentidos serão analisadas algumas passagens das obras *Grundrisse*, *Teorias da Mais-Valia* e *O Capital*, procurando-se identificar todos esses sentidos e, o mais importante, em qual deles o termo contradição é utilizado quando Marx se refere às crises econ. Para facilitar a exposição serão discutidas primeiramente as contradições não-dialéticas e, em seguida, as contradições dialéticas.

⁷ *Diamat* é a abreviação para o termo “*Dialectical Materialism*” cunhado por Plekhanov e utilizado para diferenciar este tipo específico de materialismo (MORA, 1979).

2.1 CONTRADIÇÕES NÃO-DIALÉTICAS

Marx frequentemente utiliza a palavra contradição sem distinguir quando se trata da contradição dialética e quando se trata da contradição tradicional. Define-se contradição tradicional aquela que aponta inconseqüências ou incongruências lógicas, do pensamento ou teóricas. Assim, para ZELENY (1974, p.133) vários sentidos podem ser destacados quando se trata da contradição tradicional:

- Inconseqüência no pensamento: em alguns casos essa inconseqüência deriva de contradições dialéticas não compreendidas por algum autor. Este é o caso da contradição dialética existente na troca entre o capital e o trabalho, por meio da qual se origina a mais-valia. Essa contradição não foi compreendida nem por Ricardo nem por seus sucessores e isto os fez incorrer em inconsistências teóricas:

Para um ricardiano radical no estilo de Mill, que vê como coisas idênticas compra e venda, oferta e procura, e para quem o dinheiro é mera formalidade, o melhor mesmo é que na conversão da mercadoria em dinheiro (...) se inclua que o vendedor tem de vender a mercadoria abaixo do valor e o comprador, com seu dinheiro, tem de comprar acima do valor. Acaba-se portanto chegando a este absurdo: naquela transação o comprador adquire a mercadoria para revendê-la com lucro e por isso o vendedor tem de vender a mercadoria abaixo do valor dela; com isso desaba a teoria toda do valor. Essa segunda tentativa de Mill de resolver uma **contradição ricardiana** destrói a base inteira do sistema e em particular sua superioridade por definir a relação entre capital e trabalho como troca direta entre trabalho acumulado e trabalho imediato, isto é, em concebê-la em sua especificidade. [grifo meu] (MARX, 1980b, p.1146).

E em outros casos indica apenas expressões “absurdas”, “sem sentido” como na seguinte passagem:

De fato, a Economia vulgar não faz nada mais que traduzir, sistematizar e louvar baseada numa doutrina as concepções dos agentes presos dentro das relações burguesas de produção. Não nos deve, portanto, deixar surpresos que ela, exatamente na forma de manifestação alienada das relações econômicas, em que estas são, *prima facie*, **contradições totais e absurdas** – e toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente –, se exatamente aqui a economia vulgar se sentisse completamente à vontade e essas relações lhe parecessem tanto mais naturais quanto mais a correlação interna está neles escamoteada, sendo, porém, correntes para concepção comum. Por isso é que ela não tem a menor noção, de que a trindade de qual ela parte: terra – renda; capital – juros; trabalho – salários ou preço do trabalho, são três composições *prima facie* impossíveis. [grifo meu] (MARX, 1986c, p. 271).

- Discrepância entre as teorias de autores diferentes: ou seja, no sentido de contradição teórica;
- Choques entre forças contrapostas e antagonismos mecânicos como, por exemplo, quando Marx refere-se à contradição entre oferta e procura:

Procura e oferta de fato jamais coincidem, ou, se alguma vez coincidirem, é por mera casualidade; (...) Mas, na Economia Política, supõe-se que elas coincidem. Por quê? Para observar os fenômenos na figura que corresponde a sua lei, a seu conceito, isto é para observá-los independentemente da aparência provocada pelo movimento de procura e oferta. Por outro lado, para descobrir e, de certo modo, fixar a tendência real de seu movimento. **Pois as desigualdades são de natureza antagônica**, e uma vez que se sucedem continuamente, **elas se compensam mutuamente devido a seus sentidos opostos, a sua contradição**. [grifos meus] (MARX, 1986c, p.146);

- Discordância objetiva ou incongruência entre fenômenos: como, por exemplo, a determinação do valor pela quantidade de trabalho necessário e a determinação da taxa média de lucro;

BHASKAR (1988, p.80) também identifica vários sentidos denotados pelo termo contradição. No que se refere às contradições não-dialéticas o autor destaca duas categorias que, de uma forma ou de outra, contemplam as classes anteriormente listadas por Zelený:

- Inconsistências lógicas ou anomalias teóricas intra-discursivas;
- Oposições extra-discursivas: “Por exemplo, a oferta e a procura que envolvem forças ou tendências de origens (relativamente independente) que interagem de tal modo que seus efeitos tendem a se anular mutuamente, em momentâneo ou semipermanente equilíbrio.” (BHASKAR, 1988, p.80).

É importante notar que a identificação desses diversos significados para o termo contradição não se reduz a uma simples questão semântica, mas demonstra a existência de diferentes conteúdos associados ao termo de acordo com o contexto no qual é empregado. Como será visto, isto é particularmente importante quando se trata do significado da contradição que explica a crise do ponto de vista teórico e metodológico.

2.2 CONTRADIÇÕES DIALÉTICAS HISTÓRICAS E ESTRUTURAIS

Diferentemente dos significados discutidos no item anterior, Marx também utiliza o termo contradição para expressar contradições dialéticas. Conforme Bhaskar, dois aspectos são importantes para caracterizar as contradições dialéticas marxistas: “(i) constituem oposições inclusivas reais, já que seus termos pressupõem existencialmente seu oposto; (ii) são sistemática ou internamente relacionadas com uma forma de aparência mistificadora”. (BHASKAR, 1988, p.80).

Também para Zelený, um quinto sentido para o termo contradição pode ser adicionado àqueles listados anteriormente. Contudo, este significado não indica mais a contradição tradicional, mas sim uma contradição dialética. Ele pode ser encontrado logo nos dois primeiros capítulos de *O Capital* significando uma contradição interna cuja expressão pode se dar numa contradição externa como, por exemplo, a contradição interna entre valor de uso e valor de troca e sua expressão externa na contradição entre mercadoria e dinheiro.

Entretanto é Bhaskar que traz uma tipologia interessante das contradições dialéticas, dividindo-as em: (i) contradições dialéticas históricas; e (ii) contradições dialéticas estruturais (BHASKAR, 1988, p.80).

As contradições dialéticas históricas ou temporais são definidas por Bhaskar da seguinte forma:

(Elas) envolvem forças de origens não independentes operando de forma que a força F tenda a produzir, ou seja ela mesma o produto de condições que, simultaneamente ou subsequentemente, produzam uma F' contrária que tende a frustrar, anular, subverter ou transformar F. Exemplos dessas contradições são as que existem entre as relações de produção e as forças produtivas ou entre o capital e a luta organizada da classe trabalhadora. Tais contradições históricas estão assentadas nas contradições estruturais do capitalismo que proporcionam *ab initio* as contradições formais de sua possibilidade.” (BHASKAR, 1988, p.80).

Finalmente resta analisar o último, e mais importante, significado do termo contradição, cujo conteúdo constitui-se o ponto de partida metodológico da investigação das crises, segundo a perspectiva deste artigo: a contradição dialética estrutural. As contradições dialéticas estruturais ou sistêmicas são aquelas decorrentes da natureza específica do capitalismo e, portanto, existem apenas neste modo de produção devido às estruturas exclusivas encontradas nele.

Para Bhaskar, as contradições dialéticas estruturais mais importantes são “as que existem entre os aspectos concretos úteis e os aspectos sociais abstratos do trabalho e entre o valor de uso e o valor da mercadoria – que se manifesta na distinção entre as formas de valor relativas e equivalentes, e se exteriorizam nas contradições entre mercadoria e dinheiro e trabalho assalariado e capital.” (BHASKAR, 1988, p.80). Assim, com base nesta indicação de Bhaskar, serão analisadas algumas passagens importantes das obras *Grundrisse*, *Teorias da Mais-Valia*, e *O Capital* buscando-se identificar esta contradição dialética estrutural e sua associação com a crise.

Nos *Grundrisse* (1857-1858), por exemplo, já se encontram claramente o desenvolvimento lógico das contradições dialéticas estruturais. Primeiro Marx apresenta a contradição mais elementar, isto é, entre o valor de uso e o valor⁸ da mercadoria. Esta contradição é fundamental pelo fato de que dará origem ou se exteriorizará na contradição entre a mercadoria e o dinheiro para, então, fazer emergir a contradição entre as fases de compra e venda ambas contidas no processo de metamorfose da mercadoria.

Estas contradições são apresentadas no capítulo sobre o dinheiro, o qual se inicia com uma longa discussão sobre a circulação monetária, chegando à confusa relação entre valor e preço para, então, apresentar a contradição entre valor e valor de uso. Nos *Grundrisse* Marx ainda não utiliza o termo “valor de uso” em contraposição ao termo “valor”, mas essa contradição é expressa por meio da dupla existência da mercadoria como “valor” e como “produto”:

Sua propriedade de ser valor não somente pode, mas deve alcançar uma existência diferente da sua natural. Por quê? Porque as mercadorias enquanto valores são diferentes umas das outras apenas quantitativamente; então cada mercadoria deve ser qualitativamente diferente de seu próprio valor. Seu valor deve conseqüentemente ter uma existência que seja qualitativamente distinguível dele. Na troca real esta separação deve transformar-se numa separação real, porque a distinção natural das mercadorias deve manifestar-se na contradição com sua equivalência econômica, e porque ambos só podem existir juntos se a mercadoria alcançar uma existência dupla, não somente natural, mas também uma existência puramente econômica. (MARX, 1993, p.141).

⁸ Nos *Grundrisse* Marx utiliza durante toda a exposição o termo “valor de troca” ao invés de simplesmente “valor”. Na verdade, apenas em *O Capital* essa distinção torna-se clara.

Por um lado, a existência da mercadoria como “valor” implica sua existência enquanto resultado do trabalho humano e, portanto, enquanto portadora de certa quantidade de trabalho. Por outro lado, a existência da mercadoria como “produto” implica sua existência enquanto portadora de “propriedades naturais”, isto é, as características da mercadoria de satisfazer necessidades humanas, ou seja, seu valor de uso.

Assim, a contradição entre “valor de uso” e “valor” já contempla, implicitamente, um elemento importante da definição da contradição dialética estrutural: a unidade essencial de elementos opostos, mutuamente inclusivos. Isto por que, por um lado, o objeto que tem “valor” (quantidade de trabalho incorporada), mas não tem “valor de uso” (não é útil, no sentido de não ser capaz de satisfazer nenhuma necessidade humana) não é mercadoria. Por outro lado, o objeto que tem “valor de uso”, mas não tem “valor de troca” (no sentido de que não é produzido com a intenção de troca) também não é mercadoria. Portanto, os pólos da oposição se pressupõem mutuamente.

Em seguida, Marx passa à tarefa de demonstrar a exteriorização desta contradição interna. Aqui a derivação da forma dinheiro é ainda parcialmente desenvolvida em comparação com a exposição encontrada em *O Capital*. Conforme Marx, o “valor” da mercadoria enquanto forma de existência separada de seu “valor de uso” deve existir ao lado dela como uma mercadoria própria. Portanto, deve expressar-se num equivalente geral, isto é, no dinheiro, de modo que as mercadorias possam ser mensuradas, equiparadas e finalmente trocadas. Portanto, o valor da mercadoria cria o dinheiro ao lado da própria mercadoria, enquanto produto, isto é, enquanto valor de uso. Assim, a contradição interna entre o “valor de uso” e o “valor” da mercadoria se expressa na contradição externa entre mercadoria e dinheiro:

A mesma contradição entre a natureza particular da mercadoria enquanto produto e sua natureza geral enquanto valor de troca, que criou a necessidade de apresentá-la duplamente, como mercadoria particular, de um lado, e como dinheiro, de outro – esta contradição entre as qualidades naturais particulares da mercadoria e suas qualidades sociais gerais contém desde o início a possibilidade de que estas duas formas separadas em que a mercadoria existe não sejam conversíveis uma na outra. (MARX, 1993, p. 147).

Nesta passagem, Marx já apresenta a idéia que será plenamente desenvolvida nas *Teorias da Mais-Valia* de que a contradição entre a mercadoria e o dinheiro carrega a possibilidade de que uma mercadoria não possa se converter na outra, ou seja, a possibilidade da crise. Assim, Marx apresenta o segundo elemento importante da definição da contradição dialética estrutural: a ruptura da unidade de elementos opostos.

Finalmente, a última contradição que se desenvolve é aquela entre a compra e a venda:

Apenas enquanto o valor de troca da mercadoria a conduz a uma dupla existência, como mercadoria particular e como dinheiro, então o ato de troca divide-se em dois atos mutuamente independentes: troca de mercadorias por dinheiro, troca de dinheiro por mercadorias; compra e venda. Desde que estes atos alcançaram uma forma de existência separada espacial e temporalmente e mutuamente indiferente, sua identidade imediata cessa. Podem corresponder-se ou não; podem balancear-se ou não; podem entrar em

desproporção um com o outro. (MARX, 1993, p. 148).

Embora aqui a palavra contradição não apareça fica claro que o ato de troca ao dividir-se em “compra” e “venda” caracteriza uma contradição dialética estrutural, já que estes elementos se opõem ao mesmo tempo em que se pressupõem. Aqui, mais uma vez, Marx enfatiza a inexistência da “identidade”, e a existência da “unidade” que geralmente não se corresponde, ou seja, que frequentemente é rompida.

Passando dos *Grundrisse* para as *Teorias da Mais-Valia*, Marx explica melhor a relação da contradição dialética estrutural e da crise, em duas passagens importantes:

Se, por exemplo, compra e venda – ou o movimento da metamorfose da mercadoria – configura a unidade de dois processos, ou antes o decurso de um processo por meio de duas fases opostas, sendo na essência portanto a unidade de ambas as fases, esse movimento é também na essência a separação delas e a afirmação recíproca de independência. Mas, uma vez que estão interligadas, a afirmação de independência das fases vinculadas só se pode *patenteiar* de maneira violenta, como processo destrutivo. É justamente nas crises que sua unidade se manifesta, a unidade de elementos opostos. A independência recíproca assumida pelas duas fases conjugadas e complementares destrói-se à força. **A crise, portanto revela a unidade dos elementos que passaram a ficar independentes uns dos outros.** Não ocorreriam crises se não existisse essa unidade interna de elementos que parecem comportar-se com recíproca indiferença. [grifo meu] (MARX, 1980a, p. 936)

Ademais, crise é apenas a imposição violenta da unidade das fases do processo de produção, as quais se tornaram independentes uma das outras. (...) Assim, a forma mais abstrata da crise (e por isso a possibilidade formal da crise) é a metamorfose da mercadoria, a qual, como movimento desenvolvido, **contém a contradição** – encerrada na unidade da mercadoria – entre valor de troca e valor de uso e ainda entre dinheiro e mercadoria. [grifo meu] (MARX, 1980a, p. 945).

Nesta passagem Marx apresenta conjuntamente os dois elementos que caracterizam a contradição dialética estrutural: a unidade e a ruptura. Assim, o termo contradição parece indicar a unidade de elementos opostos que se pressupõe mutuamente, isto é, embora sejam opostos um não pode existir sem o outro. Contudo, por diversos motivos – os quais variam de contradição para contradição – essa unidade pode ser rompida sendo restaurada apenas por meio de processos violentos, isto é, as crises. Assim, as crises revelam esses elementos que deveriam estar unidos e foram rompidos. Enquanto que a solução (temporária) é a união desses elementos por meio de um ajuste forçado.

Finalmente em *O Capital*, volume III, na exposição dos desdobramentos das contradições internas da lei tendencial da queda da taxa de lucro Marx já mostra uma contradição dialética estrutural mais concreta: a contradição entre as condições em que a mais-valia é produzida e as condições em que é realizada:

A contradição, expressa de forma bem genérica, consiste em que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo o valor e a mais-valia nele incluídos, também abstraindo as relações sociais, dentro das quais transcorre a produção capitalista; enquanto por outro lado, ela tem por meta a manutenção do valor-capital existente e sua valorização no grau mais elevado (ou seja, crescimento sempre acelerado desse valor) (...) Os métodos pelos quais ela alcança isso implicam: diminuição da taxa de lucro, desvalorização do capital existente e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças produtivas já produzidas. (MARX, 1986c, p.188)

É importante notar que, do ponto de vista metodológico, esta contradição só aparece em

função da introdução da concorrência na análise. Nesta etapa de desenvolvimento teórico, embora Marx já tenha incorporado a concorrência, como o objeto de estudo do livro III não é diretamente a crise econômica, mas sim os efeitos tendenciais da concorrência sobre a taxa geral de lucro ele não demonstra como as contradições entre valor e valor de uso, mercadoria e dinheiro e compra e venda, que formam a base da forma abstrata da crise, estão contidas nas contradições que surgem a partir da consideração da concorrência (e mais tarde do sistema de crédito) e que dão à crise seu conteúdo e aspecto mais concretos.

A conclusão importante a ser retirada de toda esta análise é que a contradição dialética estrutural em Marx inclui não só a unidade de elementos opostos, mas também, o elemento que rompe esta unidade. Com base nestas considerações, uma teoria de crise precisa identificar (i) todos os pontos do processo de reprodução do capital onde existem unidades de elementos opostos; (ii) quais os fatores que rompem estas unidades; (iii) como as diversas contradições interagem gerando as crises.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa de demonstrar claramente quais são as contradições do capitalismo e como elas interagem formando as crises econômicas não foi, até hoje, empreendida com sucesso. Isto com certeza está ligado à falta de clareza do próprio conceito de contradição. Por isso, a análise empreendida neste artigo acerca do conceito de contradição procurou mostrar que este possui diversos significados e que a compreensão do sentido específico que ele assume para explicar as crises é um aspecto metodológico fundamental que determina o sucesso da análise.

Uma vez estando claro o significado do termo contradição (ou seja, que ele pressupõe a unidade e contempla a ruptura) e sua importância para análise das crises pode-se naturalmente passar para o próximo passo: analisá-las à luz desta metodologia. Todavia esta tarefa excede o escopo de um único artigo. O próprio Marx planejou dedicar um livro inteiro ao estudo do mercado mundial e das crises. Por este motivo não se pretende realizar esta tarefa aqui, mas apenas dar indicações de uma “agenda” de estudos sobre as crises econômicas numa perspectiva marxista.

Marx desenvolveu nas *Teorias da Mais-Valia* um trabalho relativamente exaustivo sobre as formas abstratas da crise. Chamando de formas abstratas ele quis demonstrar que a possibilidade da crise é inerente ao modo como o capitalismo é estruturado. Partindo da constatação de que este é um modo de produção de mercadorias, Marx apresenta o desdobramento da contradição entre valor e valor de uso da mercadoria, passando pela contradição entre mercadoria e dinheiro até chegar à

contradição entre compra e venda. Nesta última, Marx evidencia a importância que o dinheiro assume no capitalismo demonstrando que sua simples existência (enquanto meio circulante e meio de pagamento) impõe a possibilidade da crise, uma vez que ele dissocia espacial e temporalmente os atos de compra e venda que compõe a metamorfose da mercadoria e também a do capital.

Entretanto, esta dissociação constitui apenas a forma abstrata da crise, sem conteúdo, já que “a circulação simples do dinheiro e mesmo a circulação do dinheiro como meio de pagamento – e ambas já existiam muito antes da produção capitalista sem terem sucedido crises – podem realizar-se e realizam-se sem crise. Assim, essas formas sozinhas não podem explicar por que desvelam sua face crítica, por que a contradição potencial nelas contida se patenteia contradição em ato.” (MARX, 1980a, p.947).

A tarefa importante, ainda por ser empreendida, é a passagem da análise das formas abstratas da crise em direção às formas mais concretas desta, ou em outros termos, a concretização da possibilidade da crise. Esta concretização depende da investigação das contradições decorrentes da concorrência e do sistema de crédito, elementos orgânicos do capitalismo. Da análise da concorrência depreende-se a existência da contradição entre valor e preço em função do efeito da dinâmica concorrencial sobre a taxa de lucro que, por conseguinte, gera a contradição entre a produção da mais-valia a nível individual e sua realização. Por um lado, a concorrência intra-capitalista tende a gerar uma desestabilização da taxa de lucro graças à busca constante por lucros extras via progresso técnico. Por outro lado, a concorrência inter-capitalista tende a equalizar a taxa de lucro via entradas e saídas de um setor para o outro na economia.

Além destas contradições é preciso ainda considerar aquelas decorrentes do sistema de crédito como, por exemplo, a contradição entre o capital produtivo e o monetário. Ambos formam uma unidade essencial, no sentido em que a necessidade de crédito para promover o progresso técnico e auferir lucros extras e a demanda de crédito para tornar possível a migração para setores de atividades mais rentáveis desencadeia uma relação de simbiose indispensável entre o capital produtivo e o monetário. Todavia esta unidade é rompida nos períodos de crise fazendo com que as taxas de juro atinjam seus maiores picos. Portanto, fica registrado que, com o conceito de contradição apresentado, é preciso dar continuidade a esta “agenda” de pesquisa buscando identificar todas as contradições da sociedade capitalista, ou seja, todas as unidades do processo de reprodução do capital e todos os elementos que rompem estas unidades gerando as crises.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. (1967). Contradição e Sobredeterminação. In: ALTHUSSER, L. *Análise crítica da teoria marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução de: Pour Marx (1965).
- ARTHUR, C. J. (1993). Hegel's Logic and Marx Capital. In: MOSELEY, F. (Ed.) *Marx's method in Capital: a reexamination*. New Jersey: Humanities Press, 1993.
- BARAN, P.; SWEEZY, P. (1966). *Capitalismo monopolista*. Tradução por: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução de: Monopoly Capital (1966).
- BHASKAR, R. (1988). Contradição. In: BOTTOMORE, T. (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução por: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução de: A Dictionary of Marxist Thought (1983).
- BLEANEY, M. F. (1976). *Underconsumption Theories: A History and Critical Analysis*. New York: International Publishers.
- CARCHEDI, G. (1993). Marx's Logic of Inquiry and Price Formation. In: MOSELEY, F. (Ed.) *Marx's method in Capital: a reexamination*. New Jersey: Humanities Press, 1993.
- CHOATE, F. (2005). *A. M. Deborin: Life and Works of a Marxist Philosopher*. Disponível em: <<http://www.sovlit.org/amd/Pages/Introduction.html>> Acesso em: 13 dez. 2006.
- COLLETTI, L. (1975). Marxism and the Dialectic. *New Left Review*, 1/93, September-October.
- DOOLIN, D. J.; GOLAS, P. J. (1964). On Contradiction in the Light of Mao Tse-tung's Essay on "Dialectical Materialism". *The China Quarterly*, n.19, jul. – sep., p. 38-46.
- GODELIER, M. (1982). Estrutura e contradição no Capital. In: BLACKBURN, R. (ed.) *Ideologia na Ciência Social: ensaios críticos sobre a teoria social*. Tradução por: Aulyde Rodrigues. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Tradução de: Ideology in Social Science (1973).
- GORENDER, J. (1986). Apresentação. In: MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas, livro primeiro, v. I).
- HILFERDING, R. (1985). *O capital financeiro*. Tradução por: Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas). Tradução de: Das Finanzkapital.
- ITOH, M. (1980). *Value and Crisis*. New York: Monthly Review Press.
- LEFEBVRE, H. (1991). *Lógica formal/lógica dialética*. 5.ed., Tradução por: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Tradução de: Logique formelle Logique dialectique (1969).
- LÊNIN, V. I. (1972). *On the Question of Dialectics*. Collected Works, 4th English Edition, Moscow: Progress Publishers, v. 38, pp.355-364. Disponível em: <<http://www.marx2mao.com/Lenin/QD15.html>> Acesso em: 28 nov. 2006.
- LÊNIN, V. I. (1961). *Conspectus of Hegel's Science of Logic*. Collected Works, vol. 38, London: Lawrence & Wishart.
- LUXEMBURG, R. (1985). *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo*. Tradução por: Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas). Tradução de: Die Akkumulation des Kapitals: Ein Beitrag zur ökonomischen Erklärung des Imperialismus (1913).

MAO TSÉ-TUNG (1937). *On Contradiction*. Selected works of Mao Tse-Tung. Disponível em: <http://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-1/mswv1_17.htm> Acesso em: 10 jan. 2006.

MARX, K. (1980a) *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Livro 4 de O Capital. Tradução por: Reginaldo Sant'Anna. v. 2, São Paulo: DIFEL. Tradução de: Theorien Über Den Mehrwert (1974).

MARX, K. (1980b) *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Livro 4 de O Capital. Tradução por: Reginaldo Sant'Anna. v. 3, São Paulo: DIFEL. Tradução de: Theorien Über Den Mehrwert (1974).

MARX, K. (1983). *Contribuição à crítica da Economia Política*. 2. ed. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes.

MARX, K. (1986a). *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro I. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas, livro primeiro, v. I e II). Tradução de: Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie (1977).

MARX, K. (1986b). *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro II. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas, livro segundo, v. III). Tradução de: Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie (1977).

MARX, K. (1986c). *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro III. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas, livro terceiro, v. IV e V). Tradução de: Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie (1977).

MARX, K. (1993). *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy*. Tradução por: Martin Nicolaus. London: Penguin Books.

MARX, K. (2005). *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução por: Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo. Tradução de: Zur Kritik der hegelschen Rechtsphilosophie (1982).

SMITH, T. (1993). Marx's Capital and Hegelian Dialectical Logic. In: MOSELEY, F. (Ed.) *Marx's Method in Capital: a reexamination*. New Jersey: Humanities Press, 1993.

SHAIKH, A (1979). An Introduction to the History of Crisis Theories. *U.S. capitalism in crisis*, New York: URPE.

STALIN, J. V. (1938). *Dialectical and Historical Materialism*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1938/09.htm>> Acesso em: 05 abr. 2006.

ZELENÝ, J. (1974). *La estrutura lógica de "El Capital" de Marx*. Tradução por: Manuel Sacristán. Buenos Aires: Grijalbo. Versão alemã de Peter Bollhagen. Original checo: O Logické Struktura Marxova Kapitálu (1962).

ZONINSEIN, J. (1985). Capital Financeiro, demanda efetiva e causas da crise. *Ensaio FEE*, vol.6, n.1, Porto Alegre.